
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC), SÃO SEBASTIÃO – SP, 2025

A ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO SÃO FRANCIS/SP: Impactos na gestão cultural.

Lívia Gava¹

Gabriel Moreira da Silva²

Vander Wilson dos Santos³

Patrícia Carbonari Panjoto⁴

RESUMO: Este artigo analisa a atuação da Administração Pública na preservação do Sítio Arqueológico São Francisco, localizado em São Sebastião (SP). A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, incluiu visitas técnicas, entrevistas com funcionários da SETUR, FUNDASS e Museu Batuíra, além da análise de documentos institucionais. O estudo identificou que a ausência de planejamento integrado entre os órgãos públicos e a falta de investimentos contínuos comprometem a conservação do acervo e a potencialização do sítio como espaço cultural, educativo e turístico. Apenas uma pequena parte das cerca de 10 mil peças arqueológicas está catalogada e disponível ao público, enquanto a maioria permanece armazenada de forma inadequada. Constatou-se também uma participação limitada da comunidade, devido à falta de divulgação e programas permanentes de educação patrimonial. Conclui-se que a preservação efetiva do sítio depende da criação de políticas públicas coordenadas, da valorização da memória local e da ampliação da participação social.

Palavras-chave: preservação cultural; gestão pública; patrimônio arqueológico; São Sebastião; educação patrimonial.

THE ROLE OF PUBLIC ADMINISTRATION IN PRESERVATION OF THE SÃO FRANCISCO ARCHAEOLOGICAL SITE SÃO SEBASTIÃO/ SP: Impacts on Cultural Management

ABSTRACT: This article analyzes the role of Public Administration in preserving the São Francisco Archaeological Site, located in São Sebastião, São Paulo. The research, based on qualitative and exploratory methods, included field visits, interviews with employees of SETUR, FUNDASS, and the Batuíra Museum, as well as the examination of institutional documents. The study revealed that the lack of integrated planning among public agencies and insufficient investment hinder the site's conservation and its potential as a cultural, educational, and tourist space. Only a small

¹ RM: 23134. Aluno(a) regular do [Curso de Administração](#) da Etec de São Sebastião (188) – E-mail: livia.gava@etec.sp.gov.br.

² RM: 23159. Aluno(a) regular do [Curso de Administração](#), da Etec de São Sebastião (188) – E-mail: gabriel.silva3136@etec.sp.gov.br.

³ Orientador(a); Professor Me. da Etec de São Sebastião – E-mail: vander.santos@etec.sp.gov.br.

⁴ Coorientador(a); Professor(a) Esp. da Etec de São Sebastião – – E-mail: patricia.pantojo@etec.sp.gov.br.

portion of the approximately 10,000 archaeological pieces is cataloged and accessible to the public, while most remain inadequately stored. The research also identified limited community participation due to insufficient dissemination and the absence of continuous heritage education programs. It is concluded that effective preservation depends on coordinated public policies, the appreciation of local historical memory, and stronger social engagement.

Keywords: cultural preservation; public management; archaeological heritage; São Sebastião; heritage education.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio arqueológico e cultural é muito importante para entendermos a história e a identidade de um povo. Ele reúne marcas do passado que ajudam a explicar como a sociedade se formou ao longo do tempo, além de manter vivas as memórias coletivas de diferentes grupos sociais. No Brasil, a Constituição de 1988 reconhece que o patrimônio cultural deve ser protegido, valorizado e preservado, sendo essa responsabilidade tanto do Estado quanto da sociedade.

Entre esses patrimônios estão os sítios arqueológicos, que possuem grande valor histórico, educativo e cultural. No entanto, a preservação desses espaços ainda enfrenta muitos desafios, principalmente nas administrações municipais, que muitas vezes não têm recursos suficientes, planejamento adequado ou integração entre os órgãos responsáveis.

O Sítio Arqueológico São Francisco, localizado em São Sebastião (SP), é um exemplo dessa realidade. O local guarda importantes registros do período colonial, da história da escravidão e da cultura afro-brasileira, mas ainda não recebe a atenção necessária para sua preservação e valorização.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar como o poder público atua na preservação do Sítio Arqueológico São Francisco, destacando os principais problemas, os pontos positivos e as possibilidades de melhoria. Assim, busca-se refletir sobre a importância de políticas públicas que envolvam o governo, as instituições culturais e a comunidade local, garantindo uma preservação mais eficiente, participativa e sustentável.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Caracterização do objeto de estudos

O patrimônio arqueológico e cultural em sua essência é determinado através de “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” pela constituição federal de 1988.

E como dito, o patrimônio cultural e arqueológico se diferencia entre o material e o imaterial, onde o patrimônio material, pode ser descrito como “conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas.” (IPHAN, 2014). Enquanto o patrimônio imaterial é descrito como “práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).” (IPHAN, 2014).

Com isso, é importante mencionar que a preservação para manter a memória histórica é um ponto crucial para nossas futuras gerações, um ponto que prova isso, é uma entrevista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde foi citado pela entrevistada Prof.^a Marcia Chuva em 2023 que:

“A preservação do patrimônio público é a forma de representar a diversidade de memórias que compõem o todo nacional. O respeito à diferença pode ser garantido por meio de estratégias de inclusão de patrimônios representativos de grupos sociais historicamente excluídos, silenciados e invisibilizados, tarefa sempre inconclusa, que deve ser permanentemente buscada através da participação ampla nos processos de construção do patrimônio cultural brasileiro.”

2.1.2 O Papel da Administração Pública na Cultura

Tratar a questão da cultura no campo da gestão pública requer a atenção para alguns pressupostos. Entre eles destacam-se o da necessidade de perceber a cultura na qualidade de bem coletivo e o de observar a interferência das práticas culturais enraizadas nas ações levadas a cabo pelas mais diversas áreas governamentais (saúde, educação, meio-ambiente, entre outras).

Uma política cultural que queira desempenhar seu papel tem que ter delimitado claramente seu universo de atuação. O fomento à cultura em sua dimensão antropológica, não deve ser responsabilidade específica de um setor governamental, deve estar nas diretrizes globais de governo, integrada com o conjunto das áreas de atuação do estado. Qualquer processo de gestão requer diretrizes, planejamento,

execução e avaliação de resultados, e com a cultura não ocorre diferente. A seguir estão apresentadas algumas questões levantadas por estudos diversos sobre a elaboração de políticas culturais. Segundo falecido Teixeira Coelho ou José Teixeira Coelho Netto, professor universitário, crítico de arte, curador, pesquisador e escritor, no Dicionário Crítico de Política Cultural, uma das motivações para elaborar políticas públicas de cultura é a de "levar a cultura ao povo", um lema que revela a premissa de que a cultura é uma entidade separada e inacessível ao povo. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, temos algumas leis que garantem a segurança do patrimônio cultural e arqueológico, entre elas, é importante citar:

- Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- LEI N° 3.924, de 26 de julho de 1961 – Dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-históricos.
- LEI No 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e da outras providencias.
- LEI Nº 13.653, DE 18 DE ABRIL DE 2018 – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências. (BRASIL, 1988).

Citamos órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural desde a esfera à esfera municipal, começando pelos dos órgãos federais, o principal deles, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que de acordo com Manual de Orientação às Políticas Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural Comissão Especial de Patrimônio Cultural CPC – CAU/SP (2022, p. 26) “o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi fundado a partir do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, sendo seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, que se manteve no cargo por 30 anos.”

Neste mesmo manual (2022), aborda-se o IPHAN, uma entidade federal que tem como missão proteger o patrimônio cultural de importância nacional no Brasil. Essa tarefa é realizada por meio de quatro ferramentas principais: o tombamento, que proporciona proteção legal aos bens materiais; o registro, focado em reconhecer expressões imateriais; o inventário, que se destina a identificar e catalogar bens culturais; e a chancela da paisagem cultural, que visa conservar áreas de significado histórico e simbólico. Além dessas atribuições, a entidade também supervisiona os

bens culturais brasileiros que estão na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO. No momento, o IPHAN está organizado em 27 superintendências, 37 escritórios técnicos e seis unidades especiais espalhadas pelo Brasil. Dentre suas iniciativas, destaca-se o Inventário Participativo, uma metodologia que busca envolver as comunidades locais na identificação, valorização e salvaguarda de seus próprios patrimônios culturais.

Depois de citar o IPHAN, direcionando especificamente para o Estado de São Paulo, nós temos o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT):

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico tem a função de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo. Nessa categoria se encaixam bens móveis, imóveis, edificações, monumentos, bairros, núcleos históricos, áreas naturais, bens imateriais, dentre outros. (CONDEPHAAT, 2021).

E por fim, os Órgãos Municipais, direcionando especificamente para o do município de São Sebastião, onde o principal órgão que atua nessa função é a Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião ‘Deodato Sant’Anna (FUNDASS), ela atua através da casa do patrimônio, onde lá eles lidam com a proteção de bens históricos, arquitetônicos, arqueológicos e culturais do município, trabalhando também em parceria com outras instituições como o IPHAN e o Condephaat.

A Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião ‘Deodato Sant’Anna’ (FUNDASS), de acordo com informações disponibilizadas no próprio site da prefeitura, foi criada em 8 de maio de 2007 e oficialmente fundada em 26 de novembro de 2007.

A Fundass tem como missão a realização de políticas públicas de cultura, em defesa e conservação do patrimônio cultural, histórico e artístico do município de São Sebastião, visando o fomento, a formação, a fruição e o acesso à Cultura de forma ampla e indiscriminada, com atenção às particularidades territoriais do município, dentro de uma perspectiva simbólica, cidadã e econômica, tendo como valores preceitos éticos, humanistas e democráticos.

Sob sua responsabilidade estão programas e projetos de formação, fomento e fruição da arte e da cultura, a salvaguarda dos patrimônios culturais materiais e imateriais, em especial da Cultura Tradicional Caiçara e a manutenção de equipamentos culturais.

2.1.3 Sítios Arqueológicos no Brasil

Segundo IPHAN (2018), a autora do livro Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural, Luana Cristina de Silva Campos define sítio arqueológico como:

“Tem-se considerado como sítio arqueológico todo local onde há vestígios da passagem de grupos humanos que habitaram ou habitem o território nacional e que, na compreensão do arqueólogo, tenham suas feições reconhecidas especificamente através dos métodos próprios da arqueologia e foram cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (CNSA/SGPA), após a anuência e diagnóstico de técnicos e arqueólogos do IPHAN.”

Além disso, temos alguns sítios que podemos citar que são bastante famosos e de extrema relevância histórica para o Brasil, sendo eles:

O Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), localizado em São Raimundo Nonato, concentra a maior quantidade de sítios arqueológicos das Américas. São mais de mil registros com pinturas rupestres de até 25 mil anos, retratando fauna, flora e práticas socioculturais antigas (SITE DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA, 2024).

O Parque Nacional do Catimbau (PE), criado em 2002 e situado entre o Agreste e o Sertão, é o segundo maior parque arqueológico do Brasil. Suas formações rochosas preservam sítios, grutas e pinturas rupestres com mais de seis mil anos, além de áreas importantes do bioma Caatinga (SITE DO VALE DO CATIMBAU, 2024).

A Lapa Vermelha (MG), em Pedro Leopoldo, destaca-se por abrigar o fóssil humano mais antigo das Américas, Luzia, com cerca de 11.500 anos, descoberto na década de 1970 por uma missão arqueológica franco-brasileira (SITE DA SECULT MINAS, 2024).

Apesar de sua importância, esses sítios enfrentam dificuldades de preservação. Na Serra da Capivara, faltam recursos e há problemas de desmatamento e depredação. No Catimbau, as ameaças vêm da agropecuária, do extrativismo e de conflitos com comunidades locais. Já a Lapa Vermelha sofre pressões de projetos industriais e impactos ambientais próximos à área (ICMBIO, 2024; SITE DO CATIMBAU, 2024; SECULT MINAS, 2024).

2.1.4 O Sítio Arqueológico São Francisco/SP

Localizado em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, descoberto em 1991 por Wagner Bornal, o Sítio Arqueológico São Francisco reúne vestígios de grande valor histórico, como construções coloniais, artefatos associados a culturas africanas, marcas do trabalho escravizado e indícios de práticas religiosas. O Sítio

apresenta mais de 10mil peças encontradas, sendo as principais delas, coleções de cachimbos do Brasil, ruínas que um dia foram uma fazenda de escravos (com senzalas, fornos e caminhos), vestígios de uma capela e vários outros pontos que podem ser citados.

Os achados arqueológicos revelam a história da colonização brasileira, o sistema de trabalho escravista, a crença e o artesanato da época, com fragmentos de cerâmicas, porcelanas e outros materiais, além disso, a presença de peças em cerâmica produzidas na região demonstra a importância de São Sebastião como um polo produtor de materiais.

O local é um importante patrimônio cultural e possui grande potencial educativo e turístico, com a possibilidade de se tornar um parque arqueológico.

Figura 1 - Sítio Arqueológico São Francisco/ São Sebastião/SP



Fonte: <https://www.turismosaosebastiao.com.br/o-que-fazer/sitio-arqueologico-do-sao-francisco>.

2.1.5 Impactos da Preservação para a Comunidade

A preservação do Sítio Arqueológico São Francisco transcende a simples conservação de artefatos e edificações; ela simboliza uma conexão entre a comunidade e sua história. Ao preservar os vestígios históricos, moradores e visitantes podem entender a história da região, reconhecendo as vivências, tradições

e costumes que formaram a sociedade local. Esse processo reforça a identidade cultural, gerando um senso de pertencimento e orgulho pela própria trajetória.

A preservação, além de ter um significado simbólico, gera efeitos sociais reais. O sítio serve como um recurso educacional, possibilitando que escolas e instituições usem o local para atividades de ensino histórico e cultural. Além disso, atrai visitantes interessados no patrimônio cultural e impulsiona a economia local. Como destaca o IPHAN (2020), “a valorização do patrimônio cultural não se limita à sua conservação física, mas se reflete na apropriação social e no fortalecimento da identidade das comunidades envolvidas” (IPHAN, 2020, p. 15).

Contudo, a preservação desses benefícios depende da atuação eficaz da Administração Pública, da conscientização da comunidade e da valorização constante do patrimônio, a fim de evitar sua deterioração e assegurar que as próximas gerações possam acessar a memória cultural preservada.

2.1.6 Educação e Conscientização Cultural

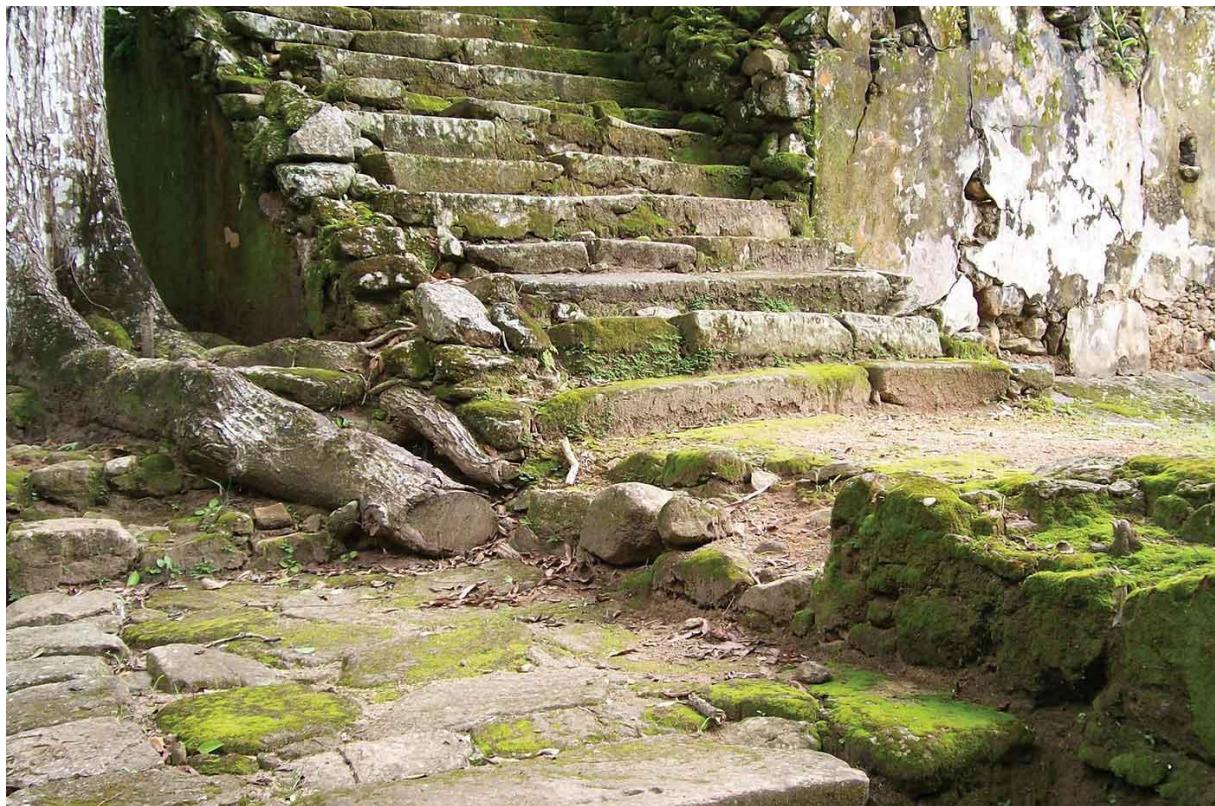
A educação tem um papel fundamental na proteção do patrimônio arqueológico, pois ajuda as novas gerações a entenderem o valor histórico e cultural do local. A inclusão de escolas e instituições de ensino em programas de visitas, oficinas e atividades educativas torna o aprendizado sobre história mais palpável, incentivando a reflexão acerca dos costumes e práticas de tempos passados. Além do mais, essas iniciativas estimulam o apreço pelo patrimônio e fomentam a participação ativa da comunidade na sua conservação.

A valorização cultural está intimamente relacionada ao reconhecimento do patrimônio como um meio de identidade coletiva. Ao envolver a comunidade local e os visitantes em atividades educativas e projetos culturais, um sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada é cultivado. Assim, a participação da comunidade não se restringe a aproveitar o espaço, mas também abrange a colaboração na preservação e proteção do local, fortalecendo os laços sociais e a memória cultural da região.

Segundo Oliveira (2019, p. 87), “a educação patrimonial é fundamental para que o patrimônio histórico seja percebido não apenas como vestígio do passado, mas como elemento vivo de construção da identidade e da cidadania”. Assim, políticas públicas que integrem educação, cultura e participação social podem garantir a

preservação efetiva e o fortalecimento da identidade cultural em São Sebastião.

Figura 2 - Sítio Arqueológico São Francisco/ São Sebastião/SP



Fonte: <https://www.cidadeecultura.com/sitio-arqueologico-de-sao-sebastiao/>.

2.2 Materiais e Métodos

A pesquisa empregou uma estratégia qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, buscando entender como a Administração Pública atua na preservação, divulgação e no gerenciamento cultural do Sítio Arqueológico São Francisco, localizado em São Sebastião (SP). Tal caminho permitiu um entendimento mais aprofundado do tema, por meio da interpretação dos dados reunidos no local, juntamente com a análise de documentos e de referenciais teóricos.

2.2.1 Materiais Utilizados

Os materiais utilizados para essa pesquisa incluem em: Documentos institucionais fornecidos pela Secretaria de Turismo (SETUR), pela Casa do Patrimônio, pela Fundação de Arte e Cultura de São Sebastião (FUNDASS) e pelo Museu Batuíra; Registros fotográficos e relatórios técnicos referentes ao acervo arqueológico e à estrutura física do sítio; Artigos científicos, livros, dissertações e legislações relacionados à preservação de sítios arqueológicos, à gestão pública e à educação

patrimonial; Anotações de campo e transcrições de entrevistas realizadas durante as visitas às instituições e aos espaços analisados.

2.2.2 Métodos Utilizados

A coleta de dados ocorreu entre março e junho de 2025, e envolveu diferentes procedimentos metodológicos:, entre eles, temos:

Pesquisa de campo — Foram realizadas visitas técnicas ao Museu Batuíra, à Casa do Patrimônio e ao Sítio Arqueológico São Francisco, com o objetivo de observar as condições estruturais, o estado de conservação, a acessibilidade e o uso educativo do espaço;

Entrevistas semiestruturadas — Foram conduzidas entrevistas com funcionários da SETUR, do Museu Batuíra e da FUNDASS, a fim de identificar como ocorre a articulação entre os órgãos públicos e quais são os desafios enfrentados na gestão do patrimônio arqueológico;

Análise documental — Foram examinados relatórios de conservação, registros administrativos, atas de reuniões, projetos e documentos oficiais fornecidos pelas instituições municipais. Essa análise possibilitou identificar padrões de atuação e omissão da Administração Pública;

Revisão bibliográfica — A revisão teórica foi fundamentada em autores que abordam a relação entre arqueologia, políticas públicas e gestão do patrimônio, como Funari (2003), Pontes (2021), Peixoto (2024), Campello et al. (2024) e Etchevarne e Ribeiro (2021).

2.2.3 Análise de Dados

Após a coleta, os dados passaram por um processo de organização e análise que envolveu interpretação e comparação. O objetivo era identificar conexões entre o que foi observado na prática e os conceitos teóricos existentes. Essa análise nos possibilitou entender o impacto das atitudes (ou da falta delas) do governo municipal na proteção e promoção da cultura local, além de sugerir maneiras mais completas e ecológicas de administrar o sítio.

2.3 Resultados e Discussões

Entre abril e junho de 2025, conduzimos um levantamento para mapear as

condições físicas, administrativas e estruturais do Sítio Arqueológico São Francisco, ali em São Sebastião (SP). Coletamos as informações visitando e conversando com o pessoal da Secretaria de Turismo (SETUR) e do Museu Batuíra, e também analisando documentos e fotos oficiais da FUNDASS.

2.3.1 Coordenação Administrativa e Conexão com Instituições

As informações reunidas revelam que a administração do Sítio Arqueológico São Francisco é uma responsabilidade dividida entre diversas entidades da prefeitura, como a SETUR, o Museu Batuíra e a Fundass. Contudo, verificou-se que não existe um planejamento administrativo unificado entre essas entidades, o que leva a um acúmulo desnecessário de tarefas e áreas sem responsáveis definidos.

A contratação de empresas terceirizadas para cuidar da manutenção dos edifícios e dos jardins, por meio de acordos com prazo determinado, tem provocado falhas na preservação do local. Conversas com os trabalhadores mostraram que a higienização e os consertos acontecem de maneira irregular e sem a devida orientação de especialistas.

Ademais, notou-se que uma parcela dos objetos arqueológicos ainda está guardada de forma inapropriada, sem controle de temperatura ou organização completa. Acredita-se que um percentual inferior a 3% das cerca de 10 mil relíquias registradas esteja acessível ao público, devido à carência de instalações adequadas e de profissionais capacitados para a organização das coleções.

Situação do acervo percentual (%)	
Peças catalogadas e expostas	3%
Peças catalogadas e armazenadas	40%
Peças sem catalogação completa	57%

A tabela mostra que apenas 3% do patrimônio arqueológico está disponível ao público, enquanto 57% dos itens ainda não foram catalogados ou restaurados.

2.3.2 Participação comunitária e uso social do patrimônio

As entrevistas com moradores e membros do Museu Batuíra revelaram que a comunidade local reconhece o valor histórico do sítio, mas relata dificuldades em

participar ativamente na gestão e programação. A limitação de acesso ao local, sobretudo pela falta de divulgação e postura educacional regular, tem menos permitido o envolvimento da população.

Os projetos de extensão cultural e as visitas escolares, organizadas em conjunto com instituições de ensino locais, ocorrem, por vezes, mediante pouca frequência, devendo-se à restrição de recursos humanos e logísticos.

Apesar disso, os dados revelam que há um grande potencial para ampliar essa participação a partir de ações educativas e culturais mais estruturadas. A criação de programas permanentes com escolas, como visitas guiadas por arqueólogos e projetos de educação patrimonial, poderia aproximar crianças e jovens da história local. Iniciativas como concursos de desenho, fotografia ou redação, além de eventos culturais — feiras temáticas, caminhadas históricas e a chamada “Semana do Patrimônio” — fortaleceriam o vínculo da comunidade com o sítio e estimulariam seu uso social.

Da mesma forma, estratégias de comunicação mais ativas, com perfis dedicados nas redes sociais, vídeos curtos apresentando curiosidades sobre o acervo e painéis informativos instalados no local, ajudariam a reduzir a falta de divulgação mencionada pelos entrevistados. Paralelamente, ações diretas da comunidade, como mutirões de limpeza, pequenos reparos e programas de capacitação para formação de monitores e guias locais, ofereceriam meios concretos para que os moradores contribuíssem com o cuidado do espaço.

Essas iniciativas, articuladas entre poder público e população, ampliariam as oportunidades de participação e ajudariam a transformar o sítio em um espaço vivo, mais acessível e integrado ao cotidiano dos moradores.

2.3.3 Síntese dos resultados

Os dados coletados evidenciam que a atuação da Administração Pública municipal no Sítio Arqueológico São Francisco é fragmentada e insuficiente para garantir a preservação integral do patrimônio. A ausência de um plano de gestão unificado, somada à falta de investimento, de monitoramento técnico e de políticas de valorização cultural, compromete tanto a conservação física do acervo quanto o potencial educativo e turístico do espaço.

Conforme apontam os especialistas em conservação arqueológica e

museológica, “é essencialmente importante manter o acervo em boas condições, garantindo a proteção física de cada peça e possibilitando um correto armazenamento, seja em local público (na exposição), ou em local de acesso restrito (Reserva Técnica)” (DRUMOND, 2002, p. 108).

Esses resultados reforçam a necessidade de revisão das práticas administrativas atuais, bem como da implementação de políticas públicas integradas que envolvam a Prefeitura, o Museu Batuíra, a Fundass e a comunidade local em ações contínuas de preservação e valorização do patrimônio arqueológico.

Além dessas questões, os resultados evidenciam que parte dos problemas observados decorre da ausência de aplicação efetiva das legislações já existentes para proteção do patrimônio cultural e arqueológico. O Decreto-Lei nº 25/1937, por exemplo, estabelece mecanismos de tombamento e define a responsabilidade do poder público na proteção de bens históricos; entretanto, a falta de um plano de gestão articulado e a terceirização irregular da manutenção mostram que essas diretrizes não têm sido incorporadas de modo consistente à prática administrativa. A Lei nº 3.924/1961, que trata especificamente dos monumentos arqueológicos, determina que esses espaços devem receber monitoramento técnico adequado e condições estruturais de preservação — exatamente os elementos frágeis identificados no Sítio São Francisco, onde predominam armazenamento inadequado, falhas de conservação e ausência de acompanhamento especializado.

Além disso, a Lei nº 9.605/1998 prevê sanções para condutas que resultem em danos ao patrimônio cultural, o que inclui abandono, negligência e atos de depredação. A falta de fiscalização, a ausência de pessoal capacitado e o pouco controle sobre o entorno do sítio revelam que esse instrumento legal também não tem sido plenamente aplicado.

Diante desse contexto, torna-se evidente que ações mais consistentes precisam ser adotadas para alinhamento entre a legislação e a prática administrativa. Uma das soluções possíveis seria a criação de um órgão municipal específico e exclusivo para a preservação do Sítio Arqueológico São Francisco. Esse órgão poderia centralizar todas as responsabilidades relacionadas à manutenção, conservação, fiscalização, comunicação e planejamento do sítio — evitando a fragmentação atual entre setores da prefeitura. Ele também teria a função de estruturar e gerenciar iniciativas de comunicação institucional, como a atualização

regular das redes sociais oficiais sobre atividades, descobertas, eventos e medidas de preservação, fortalecendo a visibilidade pública do sítio.

Outro eixo de atuação desse órgão poderia ser a organização de projetos contínuos com escolas municipais e estaduais, promovendo visitas monitoradas e atividades de educação patrimonial. Esse tipo de iniciativa contribuiria para aproximar o sítio do ambiente escolar, estimulando o interesse pelo patrimônio arqueológico desde a infância e reforçando o cumprimento das normativas de proteção por meio da formação cultural.

Além disso, uma proposta estrategicamente vantajosa seria a implementação, em parceria com universidades públicas ou privadas, de um curso superior em Arqueologia no município de São Sebastião. A oferta desse curso ampliaria significativamente o acesso à formação especializada na região, reduzindo a necessidade de deslocamento de estudantes e criando um polo acadêmico voltado à pesquisa histórica e cultural do Litoral Norte. Para o Sítio Arqueológico São Francisco, os benefícios seriam diretos: a presença de docentes, pesquisadores e estudantes garantiria monitoramento contínuo, produção científica constante, desenvolvimento de projetos de extensão e atualização das técnicas de preservação. O curso também poderia utilizar o próprio sítio como laboratório didático, fortalecendo sua importância científica e contribuindo para sua manutenção. Além disso, a articulação entre universidade, prefeitura e comunidade criaria um fluxo permanente de profissionais capacitados, ampliando a capacidade institucional do município na gestão do patrimônio arqueológico.

Assim, a adoção efetiva das legislações existentes, aliada à criação de um órgão municipal dedicado exclusivamente ao Sítio Arqueológico São Francisco e à implementação de um curso universitário de Arqueologia, permitiria transformar a preservação do espaço em uma política contínua, organizada e coerente com sua relevância histórica — evitando ações fragmentadas e garantindo um cuidado institucional sólido.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou como a atuação da Prefeitura impacta a preservação do Sítio Arqueológico São Francisco, em São Sebastião (SP). Através de visitas, entrevistas e análise de documentos, foi constatado que a falta de ação pública

constante e a falta de planejamento entre os órgãos responsáveis prejudicam a preservação do sítio. Problemas como a falta de dinheiro e a dependência de empresas terceirizadas afetam a manutenção e dificultam o acesso da população.

Durante o estudo, identificaram-se problemas de conservação, como o armazenamento inadequado do acervo e a falta de profissionais especializados. Embora algumas instituições ajudem na gestão, elas não têm um plano conjunto, e a participação da comunidade local nas decisões é baixa. A boa preservação depende de infraestrutura e cuidados técnicos adequados.

A pesquisa destaca a importância da educação sobre o patrimônio e sugere que a Prefeitura crie políticas públicas em conjunto com as instituições e a comunidade, promovendo a valorização cultural e a participação social.

REFERÊNCIAS

ARQUEOLOGIA E PRÉ-HISTÓRIA. Legislação brasileira relacionada à arqueologia. Disponível em: <https://arqueologiaepreistoria.com/legislacao-brasileira-relacionada-a-arqueologia/>. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Texto-base da 1ª Conferência Nacional de Cultura. Brasília: MinC, 2005. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Cultura/texto_base_1_conferencia_cultura.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL DE FATO. Somente 7 dos quase 28 mil sítios arqueológicos no Brasil são tombados pelo Iphan. 29 abr. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CAMPELLO, C. B. C. et al. Sítios arqueológicos históricos do litoral pernambucano: continuidade das ações de preservação. Revista de Arqueologia, Recife, 2024.

CENTRO PAULA SOUZA. Manual de trabalho de conclusão de curso (TCC) nas Etecs [recurso eletrônico]. 2. ed. São Paulo: CPS, 2022. 101 p.

CIDADE E CULTURA. Sítio Arqueológico de São Sebastião: história e cultura local. São Sebastião: Cidade e Cultura, 2025. Disponível em: <https://www.cidadeecultura.com/sitio-archeologico-de-sao-sebastiao/>. Acesso em: 19 set. 2025.

CONJUR. Opinião: Presente e futuro do patrimônio arqueológico no Brasil. 26 jul. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CONDEPHAAT. Manual de orientação às políticas municipais de preservação do patrimônio cultural. São Paulo: CONDEPHAAT, 2021. Disponível em: <https://www.condephaat.sp.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2025.

DECRETO-LEI nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=11933>. Acesso em: 13 set. 2025.

DRUMOND, Luciana Ballard. Documentação Museológica: princípios e práticas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002. Disponível em: <https://museologia.ffch.ufba.br/sites/museologia.ffch.ufba.br/files/documentacaomuseologicalucianaballardo.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

ETCHEVARNE, C.; RIBEIRO, M. A. Governança pública e patrimônio cultural. Revista CPC, São Paulo, 2021.

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia e patrimônio cultural. Campinas: Papirus, 2003.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE SÃO SEBASTIÃO – FUNDASS. Sítio Arqueológico São Francisco. São Sebastião: FUNDASS, 2025. Disponível em: <https://fundass.com.br/sitio-arqueologico-sao-francisco/>. Acesso em: 15 set. 2025.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Valorização e educação patrimonial: práticas e diretrizes. Brasília: IPHAN, 2020. Disponível em: <https://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2025.